

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

##### RECURSO ADMINISTRATIVO

Ao

Tribunal Regional Eleitoral na Bahia – TRE-BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2020 – DATA: 11/11/2020 - Horário: 13h30

UASG: 70013 - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DA EQUIPE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE DECLAROU VENCEDOR DO ITEM 01 DO CERTAME ACIMA MENCIONADO, O LICITANTE ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA.

WEB TECH TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n. 13.335.920/0001-02, com endereço na Alameda Carrara, Nº 24, Sala 102, Pituba, Salvador – BA, CEP: 41.830-590, empresa licitante qualificada no processo relativo ao Pregão Eletrônico nº 057/2020 promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral na Bahia – TRE-BA, destinado à “ Registro de preço visando a eventual aquisição de nobreaks, estabilizadores, baterias estacionárias, suportes para nobreaks e lâmpadas.”, vem respeitosamente a Vossa Excelência Registrar Recurso, contra decisão do Ilustre pregoeiro em declarar como vencedora a empresa LICITANTE ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA, no ITEM 01 – ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO: Potência mínima de 1000VA / 1000W;,, de acordo com as especificações constantes no EDITAL do pregão em referência, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir:

#### DO DIREITO AO RECURSO

O Recorrente busca TEMPESTIVAMENTE seu direito de Recurso Administrativo, conforme preconiza a legislação vigente, e suas razões interpostas.

LEI 10.520/2002

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

DECRETO 5.450/2005

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

#### RAZÕES DO RECURSO

A WEB TECH TECNOLOGIA LTDA vêm na qualidade de licitante requerer que a empresa ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA seja inabilitada e que seja chamado em sequência licitante que atenda as exigências do edital, tendo em vista a ausência de comprovação técnica dos requisitos elencados no Termo de Referência do edital, sendo estas partes integrantes e indissolúveis e aos quais o organismo solicitante está obrigado a seguir sob pena de desrespeitos aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e isonomia, prejudicando assim aos licitantes que tiveram o zelo de se prender ao que fora solicitado.

#### RAZÕES DO RECURSO - FATOS:

##### DO NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGENCIAS DO EDITAL

Estaremos listando a seguir os pontos em que a proposta da ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA não cumpre as exigências editalícias do ITEM 01:

A empresa declarada vencedora do Item 01, ofertou para este item o Estabilizador de Marca: TS SHARA, Modelo: PowerEst 1000va

Ocorre que, o item ofertado pela referida empresa não atende todas as exigências técnicas mínimas que constam no Termo de Referência do Edital, conforme segue:

#### ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO:

Potência mínima de 1000VA / 1000W;

Compatível com impressoras laser e multifuncionais monocromáticas de até 40ppm;

Microprocessador de alta velocidade;

Filtro de linha integrado;

Plugue do cabo de força: padrão NBR 14136;

Tensão de entrada: 115/127/220V (bivolt automático)

Frequência da rede: 60 Hz;

Tensão de saída: 115 VAC;

Mínimo de 5 tomadas de saída com padrão NBR 14136;

Porta-fusível externo com unidade reserva;

Proteção contra curto-circuito;

Proteção contra surtos de tensão entre fase e neutro;

Proteção contra sub/sobretensão de rede elétrica;

Proteção contra sobreaquecimento;

Proteção contra sobrecarga;

Leds indicativos das condições de funcionamento da rede elétrica;

Certificado conforme NBR 14373:2006;

Garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento.

De acordo com o edital no item 01 é solicitado: "Certificado conforme NBR 14373:2006; ocorre que após uma análise minuciosa no catálogo que consta no site do fabricante constatamos que o produto ofertado pela Empresa ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA não possui certificado do INMETRO no atendimento a norma NBR 14373:2006, ou seja, trata-se de um produto que NÃO ATENDE ao que foi solicitado no procedimento licitatório.

A NBR 14.373:06 entrou em vigor através da Portaria n.º 262, de 12 de Julho de 2007, considerando ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade e cria o REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO MONOFÁSICOS, COM SAÍDA DE TENSÃO ALTERNADA, COM TENSÃO NOMINAL ATÉ 250V EM POTÊNCIAS DE ATÉ 3 kVA/ 3kW através do ANEXO DA PORTARIA INMETRO Nº 262/ 2007, DE FORMA COMPULSÓRIA, com o objetivo de Estabelecer os critérios para o programa de avaliação da conformidade para Estabilizadores de tensão monofásicos, com saída de tensão alternada, com tensão nominal até 250V, em potências de até 3kVA/ 3kW, com foco na segurança do usuário e das instalações elétricas, através do mecanismo de certificação, atendendo aos requisitos da Norma NBR 14373:2006 e do Anexo D do próprio regulamento, visando eliminar a ocorrência de falhas que afetem a segurança do usuário e das instalações.

Dentre todo o processo para atender às leis vigentes, ou seja a NBR 14.373 (COMPULSÓRIA) e consecutivamente a portaria 262/07, destacamos a necessidade do equipamento conter o SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE (selo compulsório) e o atendimento ao ANEXO D da portaria 262 que contém as DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DA NORMA NBR 14373:2006.

Solicitamos que seja atendida a portaria 262 de 12 de Julho de 2007 pois no termo de referência para o item 01 do referido pregão é solicitado claramente que o estabilizador ofertado possua Certificado conforme NBR 14373:2006, sendo assim a empresa arrematante DEVERIA provar que o produto ofertado possui atendimento a NBR 14.373:2006 através de certificado do INMETRO e assim cumpre os requisitos básicos para garantir a segurança do usuário e das instalações elétricas e o atendimento ao edital.

Para piorar o equipamento ofertado não é um estabilizador de Tensão, pois conforme a norma 14373:2006 do INMETRO o "estabilizador" que não atenda a norma deverá estar explícito que trata-se de um PROTETOR ELETRÔNICO, e os protetores devem de forma EXPLÍCITA conter em suas embalagens primárias a menção de que não se trata de estabilizador eletrônico, mediante a aplicação do termo "ISTO NÃO É UM ESTABILIZADOR DE TENSÃO" conforme exige a portaria número 335 de 29 agosto de 2011 e portanto, divergindo-se de um ESTABILIZADOR DE TENSÃO.

Nas propostas apresentadas para este item avaliamos as primeiras colocadas com a marca TSSHARA modelo POWEREST e através de diligência no site do fabricante e ao site do INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/empresas/busca.asp>) constatamos o NÃO atendimento a NBR 14.373:2006. Ou seja, o produto TS SHARA, modelo POWEREST não possui a certificação do INMETRO conforme exigido no TERMO DE REFERÊNCIA.

Visto isso, fica claro o desatendimento do termo de referência do edital. Portanto a empresa declarada vencedora, não está em concordância com os termos técnicos descritos em edital.

Cumpramos salientar que o edital é soberano, conforme consta no artigo 41 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos.

Ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados.

Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

DO PEDIDO:

Em suma, há razões e argumentos sólidos suficientes que comprovam a desqualificação técnica do produto ofertado pelo Licitante ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA, conforme argumentos acima mencionados, razão pela qual requer a V.Sa.:

1. provimento ao recurso administrativo em sua íntegra ora interposto, com a consequentemente revisão da decisão dessa respeitosa comissão, DESCLASSIFICANDO a empresa ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA, permitindo assim uma disputa justa aos demais participantes da licitação.

2. Que o processo retome a sua fase de aceitação e para a análise dos outros participantes.

Caso V. Sa. não acate o presente solicitamos o encaminhamento deste Recurso à autoridade superior, como HIERÁRQUICO para análise e julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador/BA, 24 de Novembro de 2020,

Ana Carine Costa Piropo

Sócia

Web Tech Tecnologia Ltda.

CNPJ: 13.335.920/0001-02

**Fechar**